

VISÃO DO CORREIO

O custo alto da desinformação

Surgido no fim de dezembro e ainda em alta nas pesquisas feitas na internet deste mês, como atesta a ferramenta Google Trends, um boato sobre uma inexistente “taxação do Pix” é o sintoma de uma doença que aflige a sociedade brasileira contemporânea: a desconexão entre a realidade administrativa do Estado e a percepção do cidadão comum. Alimentada por correntes de desinformação em redes sociais, uma atualização normativa rotineira da Receita Federal transformou-se em pânico coletivo, expondo não apenas a fragilidade do debate público, mas também um preocupante desconhecimento sobre o funcionamento básico da máquina fiscal. É imperativo restabelecer a verdade dos fatos. O governo não criou um imposto sobre o Pix. O que ocorreu, na prática, foi um aprimoramento das ferramentas de fiscalização existentes. Desde 2003, as instituições bancárias são obrigadas a reportar movimentações financeiras globais ao Fisco. O Pix, ferramenta lançada em 2020, sempre integrou essa base de dados. As novas normas, publicadas no *Diário Oficial da União* em 18 de setembro de 2024 e vigentes desde 1º de janeiro, apenas corrigem uma distorção de mercado ao exigir que as fintechs e carteiras digitais sigam as mesmas regras dos bancos tradicionais, garantindo isonomia ao sistema. Mais do que isso: a medida é, na verdade, benéfica ao contribuinte honesto. Ao elevar os limites de isenção de reporte — de R\$ 2 mil para R\$ 5 mil para pessoas físicas —, a Receita Federal reduz a burocracia sobre o cidadão comum e

concentra seus esforços de inteligência onde realmente importa: no combate à sonegação de grandes volumes, à lavagem de dinheiro e ao crime organizado. A facilidade com que a desinformação sobre a medida prosperou, porém, deixa evidente uma falha estrutural na formação do povo. O brasileiro médio, muitas vezes por justa desconfiança histórica, enxerga o Estado apenas como um ente arrecadador voraz, desconhecendo os mecanismos de controle e seus funcionamentos, que são essenciais para a própria justiça fiscal. Saber diferenciar o monitoramento de dados (necessário para a segurança do sistema financeiro) da criação de tributos (que exige lei específica) é o mínimo que se espera de uma cidadania ativa e vigilante. O prejuízo dessa ignorância é cívico e financeiro. A onda de boatos que tomou conta das redes sociais criou a cortina de fumaça perfeita para estelionatários, que agora utilizam o medo da “nova taxa” para aplicar golpes via SMS, simulando cobranças oficiais. O cidadão que não se informa em fontes oficiais torna-se presa fácil. O episódio deve, pelo menos, servir como um alerta pedagógico. Em um mundo hiperconectado, acessar e compreender uma informação de qualidade é a primeira linha de defesa da democracia e do patrimônio individual. Ao Estado cabe o dever de comunicar suas normas com clareza solar, despojado-se do “economês”. Ao cidadão cabe o dever de duvidar, checar e compreender as engrenagens do país onde vive. Exercer a cidadania exige, antes de tudo, compromisso com a verdade.



RONAYRE NUNES

ronayrenunes@dabr.com.br

Política de cotas e o tempo da educação brasileira

Desde a semana passada, o país testemunhou uma nova ofensiva contra a política de cotas em instituições de ensino superior. O governador de Santa Catarina sancionou uma lei que proíbe a reserva de vagas para ações afirmativas em instituições estaduais que recebam recursos públicos. Tal medida provocou-me uma reflexão sobre a razão de existir das políticas de cotas e, em especial, sobre o que chamo de “tempo da educação brasileira”. O texto da nova lei catarinense admitia exceções pontuais, como a reserva de vagas por critérios exclusivamente econômicos, para pessoas com deficiência e estudantes egressos da rede pública estadual. Contudo, ao excluir explicitamente o recorte étnico-racial, a norma — que foi derrubada pela Justiça de Santa Catarina ontem — deixava claro o intuito de mirar as políticas de reparação histórica. A Universidade de Brasília (UnB) foi a pioneira entre as instituições federais na implementação desse modelo, adotando a reserva de 20% das vagas para candidatos negros ainda no segundo semestre de 2004. A época, a medida esteve longe de ser uma unanimidade. Recordo-me das críticas acaloradas que ouvia ainda na infância, muito antes de compreender a complexidade e a profundidade social daquela decisão histórica. O tempo, no entanto, encarregou-se de validar a eficácia do sistema, que serviu de bússola para a Lei Federal de Cotas em 2012. Desde que iniciei minha jornada em busca de uma vaga na UnB, no final da longínqua adolescência, compreendi as razões das ações afirmativas — mesmo sendo branco. A política pública é fundamental para promover a inclusão, mitigar

desigualdades e fomentar a diversidade no ambiente acadêmico e profissional. Cotas raciais não são favor. Trata-se de uma política pública eficiente e verificada de combate ao racismo estrutural. O acesso permite que negros, pardos e indígenas ocupem espaços de poder, acessem melhores oportunidades, para que se possa mudar o cenário de desigualdade que o país não foi capaz de atravessar depois de 350 anos de escravidão. As tentativas de dismantelar essas políticas revelam um descompasso com a noção de “tempo na educação” percebido pela sociedade. Embora exista um consenso de que a educação é a chave para o futuro, o setor é ironicamente um dos que mais sofrem com a ausência de políticas públicas de longo prazo. Em termos diretos: não se constrói uma estrutura educacional sólida com ações eleitoreiras que têm data de validade de apenas quatro anos. A manutenção dessas barreiras invisíveis, travestidas pela ideia de meritocracia, ignora que o ponto de partida na corrida educacional brasileira é desigual. As cotas não são um privilégio, mas um ajuste de cronômetro para que todos possam correr na mesma pista. Interromper esse processo agora, quando os primeiros frutos de uma elite intelectual mais diversa começam a amadurecer, é um retrocesso que o Brasil não pode se dar ao luxo de aceitar. Garantir que esse direito seja preservado em Santa Catarina, em Brasília ou em qualquer estado é assegurar que o futuro do Brasil não seja apenas uma repetição privilegiada do seu passado.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Conselho da Paz

A cautela do governo ao não confirmar a entrada do Brasil no Conselho da Paz, também conhecido como ONU do Trump, é compreensível. Em temas tão sensíveis, aderir a estruturas criadas unilateralmente exige avaliar não apenas a intenção declarada, mas o alcance real, o formato e a capacidade de produzir resultados concretos.

» **Paccelli M. Zahler**
Sudoeste

Contestar

Tenho acompanhado algumas entrevistas de secretários de Estado dos EUA, do vice-presidente e até do presidente Donald Trump, que são compartilhadas na rede social X por jornalistas de diversos canais de televisão americanos. Noto uma semelhança, algo que raramente se vê por aqui: jornalistas contestando, ao vivo, declarações dadas e posteriormente desmentidas pelos próprios entrevistados. Há, inclusive, um trabalho rigoroso de recuperação das falas das autoridades no exato momento do clássico “não foi bem assim”, “foi tirado do contexto”, “fui mal interpretado”, e por aí vai. O principal papel da imprensa é mostrar os fatos, apontar erros e contradições, esclarecê-los e levar ao leitor, telespectador ou ouvinte a melhor informação possível. Quando isso não ocorre, abre-se espaço para a desinformação, para a manipulação do discurso público e para o enfraquecimento do próprio debate democrático.

» **Marcus Aurelio de Carvalho**
Santos

Banco Master

O governador Ibaneis Rocha menospreza nossa inteligência quando diz que, nas várias reuniões com o Vorcara, entrou mudo e saiu calado, apesar de ter inúmeras vezes se posicionado favoravelmente aos negócios do BRB com o Banco Master. Com certeza, ele deve merecer o Oscar de ingênuo do ano.

» **Eliane B. Costa**
Lago Norte

Orelha

Até contra os animais existe preconceito. Orelha era um cachorro vira-latas e, por isso, foi maltratado e morto pelos adolescentes riquinhos, assim como também agridem e colocam fogo em moradores de rua, conforme já aconteceu algumas vezes. Sou capaz de apostar que alguns deles, senão todos, têm em casa um cachorrinho bonitinho, com pedigree, comprado por alguns mil reais, que são tratados como bebês. Justiça para Orelha!

» **Nilde Sanches**
Brasília

Impunidade

O Brasil, em vários momentos, é inundado pela falta de vergonha e de respeito à vida dos brasileiros que não estão

Editora: Carmen Souza // carmensouza.df@dabr.com.br
opiniao.df@dabr.com.br || **3214-1157**

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Vírus Nipah voltou a deixar aeroportos em alerta na Ásia. Há pouco tempo, começaram a chegar notícias parecidas justamente nesta época de começo do ano. Que os responsáveis estejam em alerta!

Flávio Mendonça — Asa Norte

Coincidência planejada: Câmara Legislativa autorizou a compra do Banco Master pelo BRB e é contra o impeachment do governador de Brasília.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

A pergunta que não quer calar: por que código de conduta em um cargo que exige reputação ilibada?

Ricardo Santoro — Lago Sul

Cuidar dos netos faz bem à saúde dos avós. O problema é quando a avó vira mãe contra a própria vontade. Tem que ser cada um no seu quadrado!

Maria Helena Torres — Asa Sul

na camada de ricos e poderosos. Nas tragédias nos municípios mineiros de Mariana e Brumadinho provocadas pelo rompimento de barragens, centenas de vidas foram ceifadas pela ganância desmedida de dirigentes e técnicos de mineradoras. Quem foi punido até hoje? Ninguém. A vida dos desfavorecidos não tem a menor importância. As indenizações são insatisfatórias e podem ser comparadas a esmolas diante do lucro obtido pelas mineradoras. As vidas perdidas não ressuscitam, não há alento para as dores das famílias que perderam seus entes queridos. Enquanto isso, os empresários e diretores de mineradoras seguem a vida normal, desfrutando do lucro obtido pelo esforço dos trabalhadores. Há sete anos, a impunidade é escudo dos responsáveis por mais de 200 vítimas de Brumadinho.

» **Emiliano Gonzaga Lopez**
Vicente Pires

Agente secreto

Tive oportunidade de assistir a *O agente secreto* por duas vezes, e é impressionante como os personagens possuem nuances e camadas. Cada vez que assisti, percebi que o enredo nos é contado nos detalhes, também na semiótica. O cinema do Kleber Mendonça Filho, o diretor, não menospreza a inteligência do telespectador, ele a reverencia.

» **César Cavalcanti**
São Paulo

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM
			R\$ 1.187,88
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES (promocional)
Assine			
(61) 3342.1000 – Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp			
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.			
Anuncie			
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp			
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2586 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A. Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS

D.A. Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br